



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório contém as principais atividades desenvolvidas pela Controladoria-Geral do Estado e o resultado das ações implementadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011

2. BASE LEGAL

A Controladoria-Geral do Estado, como órgão central do Sistema de Controle Interno, teve sua organização instituída pela Lei nº 1.415, de 20 de novembro de 2003, com reestruturação amparada pela Lei nº 2.434, de 31 de março de 2011, exerce suas atribuições por força dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e pelos artigos 32 e 36 da Constituição Estadual. No que concerne aos Núcleos Setoriais de Controle Interno, a organização, composição e funcionamento dos mesmos foram estabelecidos por meio da Lei nº 2.459, de 05 de julho de 2011.

3. MISSÃO DO ÓRGÃO

Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Estadual em prol da sociedade.

4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

No desenvolvimento dos trabalhos de execução orçamentário-financeira do exercício de 2011 foram observadas, entre outras, as normas contidas nas leis a seguir descritas:

- a) Lei nº 2.408, de 28 de outubro de 2010 – LDO;
- b) Lei nº 2.436, de 31 de março de 2011 e suas alterações – PPA;



- c) Lei nº 2.437, de 31 de março de 2011 e suas alterações – LOA;
- d) Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- e) Lei nº 4.320/64;
- f) Lei Complementar nº 101/00 – LRF;
- g) Decreto nº 3.943, de 20 de janeiro de 2010 – Execução Orçamentário-Financeira.
- h) Decreto nº 4.240, de 19 de janeiro de 2011 e suas alterações – Execução Orçamentário-Financeira.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Categoria Econômica	Fonte de Recursos	Autorizado	Executado (Empenhada)	%	Saldo
Despesas Correntes	0100	3.233.296,00	3.233.287,40	100	8,60
Despesas de Capital	0100	144.479,00	144.478,55	100	0,45
TOTAL		3.377.775,00	3.377.765,95	100	9,05

6. EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O presente Relatório de Gestão demonstra as ações realizadas pela Controladoria Geral do Estado no exercício de 2011, objetivando dar visibilidade às atividades desenvolvidas, guardando estreita sintonia com os programas de governo e as metas estabelecidas no Plano Plurianual, ratificadas na Lei Orçamentária Anual, possibilitando à sociedade o acompanhamento do desempenho institucional, bem como oportunizar aos dirigentes a avaliação e o planejamento de novas metas e programação de novas ações.

Vale ressaltar que, em razão da escassez de recursos, restou inviabilizado o estabelecimento de prioridades e os resultados aqui demonstrados caracterizam o esforço coletivo das unidades internas em alcançar os objetivos traçados, consolidando, ainda mais, este órgão como referência no Estado.

O Programa, segundo o Manual Técnico de Planejamento e Orçamento – MTPO 2011, é o instrumento que articula um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias) suficientes para enfrentar um problema, induzir o desenvolvimento, devendo seu



desempenho ser passível de aferição por indicadores coerentes com os objetivos estabelecidos.

Os programas são enquadrados nas seguintes categorias:

✓ **Programas Finalísticos** – dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade, cujos resultados sejam passíveis de mensuração;

✓ **Programas de Gestão de Políticas Públicas** - destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, avaliação e controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão;

✓ **Programas de Serviço ao Estado** – são os que resultam em bens e serviços ofertados diretamente ao Estado;

✓ **Programa de Apoio Administrativo** – contemplam as despesas de natureza tipicamente administrativa, aquelas relacionadas exclusivamente as atividades-meio do órgão. Excepcionalmente, as despesas de pessoal são alocadas neste programa, pois contribuem para a consecução dos objetivos dos outros programas e não são passíveis de apropriação específica.

No orçamento de 2011 da Unidade Orçamentária 090400 - Controladoria Geral do Estado foram incluídos 02 (dois) programas, previstos no PPA 2008-2011, dando continuidade às 07 (sete) ações empreendidas em exercícios anteriores, sendo todas elas de natureza atividade, abaixo mencionados:

PROGRAMA	NOME DO PROGRAMA	CATEGORIA
0014	Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual	Gestão de Políticas Públicas
0195	Apoio Administrativo	Apoio Administrativo

Os detalhamentos a seguir identificam cada Programa acima mencionado, demonstrando seus objetivos, indicadores, metas físicas e financeiras, e valores executados, bem como a avaliação do resultado alcançado em cada ação desenvolvida, elencando as dificuldades que inviabilizaram o cumprimento das metas previstas e os principais destaques na execução e seus benefícios. Os indicadores utilizados na avaliação são quantitativos – metas realizadas / metas previstas, orçamento executado / orçamento autorizado.



6.1. PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO - 0195

Objetivo: Assegurar ao órgão os meios administrativos necessários à execução do Programa de Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

META ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

AÇÕES	AUTORIZADO	EXECUTADO	%	SALDO
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	183.220,00	183.216,37	100,00	3,63
Manutenção de Serviços de Transportes	100.727,00	100.725,85	100,00	1,15
Manutenção de Recursos Humanos	2.958.975,00	2.958.971,18	100,00	3,82
Ações de Informática	92.923,00	92.922,55	100,00	0,45
TOTAL DO PROGRAMA	3.335.845,00	3.335.835,95	100,00	9,05

O Programa de Apoio Administrativo contempla as despesas de natureza tipicamente administrativa, as quais, embora contribuam para a consecução do objetivo do Programa de Gestão de Políticas Públicas, nele não foi passível de apropriação, tendo como missão contribuir com o desenvolvimento do Órgão, dando as condições necessárias ao bom desempenho e qualidade na execução das atividades.

O desempenho do programa apresentou bons resultados de eficiência, eficácia e economicidade na realização das ações, proporcionando condições favoráveis ao trabalho a cargo dos servidores desta Controladoria, chegando-se a uma execução de R\$ 3.335.835,95 (três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), o que representa um percentual de 100,00% (cem por cento) sobre o valor autorizado.

As atividades foram realizadas com observância aos princípios que norteiam a Administração Pública, destacando-se a austeridade na aplicação da legislação, normas e regulamentações vigentes, que disciplinam a utilização adequada dos recursos públicos, merecendo destaque, a participação efetiva do controle interno exercido.

As alterações orçamentárias do Programa de Apoio Administrativo envolvendo movimentações e créditos adicionais apresentaram variação negativa de aproximadamente 2,38% (dois virgula trinta e oito por cento) do orçamento inicial, indicando a aplicação de boas técnicas de elaboração orçamentária no caso do programa.

B



6.1.1. Ação de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Nome da Ação:	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS
Código da Categoria de Programação:	04.122.0195.2001

META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA

GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alterações	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	132.500,00	39.009,00	171.509,00	171.505,82	100,00	3,18
4	0100	20.000,00	(8.289,00)	11.711,00	11.710,55	100,00	0,45
TOTAL		152.500,00	30.720,00	183.220,00	183.216,37	100,00	3,63

A ação de Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais é uma das ações mais importantes do Programa de Apoio Administrativo, pois é destinada a manter a máquina administrativa em funcionamento, compreendendo os serviços essenciais como energia, água, telefone, material de conservação e limpeza, materiais e serviços para manutenção dos serviços gerais, dentre outros. Além disso, vinculam-se, também, as atividades de controle do patrimônio e almoxarifado.

A referida ação chegou a consumir aproximadamente 100,00% (cem por cento) dos recursos previstos na dotação autorizada, demonstrando adequado grau de eficiência da fixação orçamentária da despesa, enquanto que em relação ao total de recursos executados no Programa de Apoio Administrativo, representou uma participação nos gastos na ordem de 5,49% (cinco vírgula quarenta e nove por cento).

Observações gerais em relação ao Patrimônio e ao Almoxarifado:

✓ **Patrimônio:** os bens patrimoniais registrados no exercício de 2011 correspondem ao valor de R\$ 590.997,72 (quinhentos e noventa mil e novecentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), tendo havido incorporações no valor de R\$ 4.300,37 (quatro mil e trezentos reais e trinta e sete centavos), não ocorrendo alienações nem baixas no período. O Patrimônio da CGE, constituído de bens móveis, identificado por plaquetas com números e código de barra, apresenta o inventário físico e financeiro devidamente conciliado com o valor contábil. É controlado pelo Gestor Patrimonial, por meio do Sistema Patrimonial - SISPAT gerido pela Secretaria da



Administração, corroborado pela co-participação dos responsáveis setoriais, mediante utilização dos Termos de Responsabilidade – TR, para controle físico.

✓ **Almoxarifado:** a conta contábil de almoxarifado encontra-se devidamente conferida, contabilizada e ajustada com o inventário físico e financeiro do material em estoque, demonstrando no exercício de 2011, a situação descrita a seguir: iniciou com um saldo de R\$ 17.072,80 (dezesete mil e setenta e dois reais e oitenta centavos), no período houve entradas na ordem de R\$ 29.125,22 (vinte e nove mil e cento e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos) e saídas na ordem de R\$ 27.118,88 (vinte e sete mil e cento e dezoito reais e oitenta e oito centavos), finalizando o exercício com um saldo de R\$ 19.079,14 (dezenove mil e setenta e nove reais e quatorze centavos).

6.1.2. Ação de Manutenção de Serviços de Transportes

Nome da Ação:	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES						
Código da Categoria de Programação:	04.122.0195.2002						
META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA							
GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alterações	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	24.000,00	20.747,00	44.747,00	44.745,85	100,00	1,15
4	0100	30.000,00	25.980,00	55.980,00	55.980,00	100,00	0,00
TOTAL		54.000,00	46.727,00	100.727,00	100.725,85	100,00	1,15

A ação de Manutenção de Serviços de Transporte é destinada a implementação das atividades inerentes a locomoção dos servidores e colaboradores, envolvendo basicamente os seguintes gastos: serviços de manutenção, revisão e reparo de veículos; combustíveis e lubrificantes; peças e acessórios, licenciamentos e seguros, aluguéis ou contratações de serviços de transporte, bem como, aquisições de veículos para compor a frota quando não vinculadas a programas finalísticos.

Foram comprometidos 100,00% (cem por cento) dos recursos orçamentários autorizados, acrescentando que 3,02% (três vírgula zero dois por cento) dos valores executados no Programa de Apoio Administrativo, foram destinados à apropriação de despesas relativas à manutenção de 05 (cinco) veículos automotivos que se encontram à disposição desta Controladoria no exercício de 2011, sendo: 01 camionete Ford modelo Ranger XLS 13P ano 2005; 01 carro Fiat modelo Uno ano 2008, 01 carro



Volkswagen modelo Gol City ano 2005, cedido pela Secretaria da Fazenda; 01 camionete GM modelo S-10 Executive ano 2011, sob a forma de locação. Houve ainda a aquisição de 02 veículos automotivos Renault modelo Clio ano 2011.

6.1.3. Ação de Manutenção de Recursos Humanos

Nome da Ação:		MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS					
Código da Categoria de Programação:		04.122.0195.2004					
META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA							
GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alterações	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
1	0100	3.179.840,00	(220.865,00)	2.958.975,00	2.958.971,18	100,00	3,82
TOTAL		3.179.840,00	(220.865,00)	2.958.975,00	2.958.971,18	100,00	3,82

A ação de Manutenção de Recursos Humanos é destinada a manter a folha de pagamento e demais despesas de pessoal, tais como a remuneração de servidores ativos do Estado e os encargos sociais decorrentes. Dos recursos autorizados para a manutenção de pessoal foram aplicados R\$ 2.958.971,18 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e dezoito centavos), representando aproximadamente 100,00% (cem por cento) dos recursos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais, representando 88,70% (oitenta e oito vírgula setenta por cento) dos recursos executados no Programa de Apoio Administrativo, atendendo 60 servidores, dos quais 11 (onze) são efetivos, 16 (dezesseis) são comissionados, 11 (onze) são efetivos/comissionados e 22 (vinte e dois) são contratados.

Do total dos servidores lotados nesta Unidade Gestora, 22 (vinte e dois) foram admitidos ou movimentados no exercício de 2011, 02 (dois) estão cedidos a outros poderes/órgãos, 04 (quatro) estão de licença para interesse particular e 01 (um) servidor está de licença para mandato classista. Registrou-se, no período, a inexistência de servidores aposentados ou pensionistas.



6.1.4. Ações de Informática

Nome da Ação:	AÇÕES DE INFORMÁTICA
Código da Categoria de Programação:	04.126.0195.2003

META ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRA

GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alterações	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	28.000,00	(11.865,00)	16.135,00	16.134,55	100,00	0,45
4	0100	30.000,00	46.788,00	76.788,00	76.788,00	100,00	0,00
TOTAL		58.000,00	34.923,00	92.923,00	92.922,55	100,00	0,45

A ação de informática é responsável pela criação dos meios necessários a inserção do Órgão e seus servidores no mundo informatizado, aprimoramento tarefas, melhorando os canais de comunicação, enfim, disponibilizando tecnologias inovadoras da ciência da informação. Assim sendo, tem como missão principal prover materiais e serviços da área de informática, tais como: atendimento e manutenção de software; desenvolvimento de programas; manutenção de equipamentos; contratação de serviços de qualquer natureza (consultoria, infraestrutura, terceirização); locação de equipamentos; aquisição de material de consumo; aquisição e locação de softwares básicos; bem como a aquisição de novos equipamentos caso não sejam vinculados aos programas finalísticos.

Os recursos aplicados representaram aproximadamente 100,00% (cem por cento) dos recursos autorizados na dotação, enquanto que em relação ao total executado no Programa de Apoio Administrativo representou 2,79% (dois vírgula setenta e nove por cento) do total de recursos aplicados.

Atualmente esta CGE dispõe de parque tecnológico com 90 (noventa) computadores de mesa, 12 (doze) monitores em separado, 7 (sete) notebooks, 9 (nove) Nobreak's, 1 (um) servidor de grande porte, 6 (seis) estabilizadores, 2 (dois) firewall, 1 (um) HD externo, 19 (dezenove) impressoras, 1 (um) roteador, 2 (dois) swith's, 1 (uma) tela de projeção e 1 (um) datashow.

Registra-se, dentre os 90 (noventa) computadores de mesa suso referidos, 50 (cinquenta) referem-se a nova aquisição, em fase recebimento definitivo, mais modernos e ágeis, com a finalidade de substituir os equipamentos de rede antigos e



obsoletos, melhorando o atendimento das demandas do órgão, com ferramentas que proporcionem maior agilidade nas atividades desenvolvidas por esta pasta.

6.2. PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 0014

PROGRAMA - GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Objetivo:	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32 E 36 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, RECEPCIONADOS PELA LEI ESTADUAL Nº 1.415/2003, VISANDO A MELHORIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.
Justificativa:	DESENVOLVER O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DO CONTROLE DOS ATOS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ESTADUAIS, POR INTERMÉDIO DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, UTILIZANDO COMO INSTRUMENTOS A AUDITORIA, A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO. INTEGRAM O SISTEMA A CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, COMO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO, E OS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ESTRUTURA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, COMO NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO.
Estratégia de Implementação:	AS AÇÕES SERÃO EXECUTADAS E GERENCIADAS DE FORMA DIRETA PELA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, COM A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO, INSTALADOS EM CADA ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA PRÓPRIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, A EXEMPLO DA AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.
Público Alvo:	ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.
Multisetorial:	NÃO.
Prazo de Execução:	2008-2011.
Horizonte Temporal:	CONTÍNUO.

Nome do Indicador	Fórmula do Cálculo	Índice Atual	Data da Apuração	Índice Desejado
TAXA DE AVALIAÇÕES REALIZADAS	$(\text{TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO AVALIADOS} / \text{TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO}) \times 100$	100 %	2011	100 %

AÇÃO	METAS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS				
	RECURSOS (R\$)			Unidade Medida	Prev.	Exec.	% Exec.	
N.º	Descrição	Autorizado	Empenhado	% Util.				
2039	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	45	43	100,00 (*)
2040	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.	0,00	0,00	0,00	UNIDADE	1	1	100,00
2041	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.	41.930,00	41.930,00	100,00	UNIDADE	100	204	204,00
TOTAL		41.930,00	41.930,00	100,00	-	-	-	-

(*) ENTENDE-SE POR GESTÃO AVALIADA, A GESTÃO DE CADA UNIDADE GESTORA EXISTENTE NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL QUE FOI AVALIADA PELA CGE. CONSTATA-SE QUE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011, HOUE A DIMINUIÇÃO DE DUAS DELAS, TOTALIZANDO APENAS 43 PARA SEREM AVALIADAS. O QUE FAZ COM QUE A CGE TENHA CUMPRIDO 100% DA META FÍSICA.

O Programa de Gestão de Políticas Públicas contempla 03 (três) ações, todas de natureza atividade, em continuidade às implementadas em exercícios anteriores, contribuindo para a consecução do objetivo do Programa suso especificado, propiciando condições necessárias ao desempenho e qualidade na execução das atividades.



A avaliação do programa, quanto ao cumprimento das metas físicas, foi considerado dentro do previsto, destacando a capacitação dos servidores do Sistema de Controle Interno, Ação nº 2041, contabilizando acréscimo considerável nos resultados alcançados.

Em relação ao cumprimento das metas orçamentário-financeiras, observa-se que as Ações nº 2039 - Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e nº 2040 - Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais, não houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, uma vez que a execução da dotação orçamentária prevista depende da liberação dos recursos financeiros durante o exercício, fato que não ocorreu, comprometendo e limitando a execução das atividades definidas nos respectivos planos de trabalho. Vale ressaltar, por oportuno, que mesmo a redução total do orçamento inicialmente autorizado, não inviabilizou que as ações atingissem o resultado almejado pela gestão do órgão, ao que a CGE não mediu esforços para o cumprimento das metas físicas inicialmente previstas.

6.2.1. Ação de Avaliação da Gestão dos Administradores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual

Nome da Ação:	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL			
Código da Categoria de Programação:	04.124.0014.2039			
Produto	Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	Percentual de Execução
Gestão Avaliada	Unidade	45	43	100% (*)

METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS

GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alteração	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	1.500,00	(1.500,00)	0,00	0,00	0	0,00
TOTAL		1.500,00	(1.500,00)	0,00	0,00	0	0,00

(*) ENTENDE-SE POR GESTÃO AVALIADA, A GESTÃO DE CADA UNIDADE GESTORA EXISTENTE NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL QUE FOI AVALIADA PELA CGE. CONSTATA-SE QUE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011, HOUE A DIMINUIÇÃO DE DUAS DELAS, TOTALIZANDO APENAS 43 PARA SEREM AVALIADAS. O QUE FAZ COM QUE A CGE TENHA CUMPRIDO 100% DA META FÍSICA.

Esta ação tem por objetivo desenvolver as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, por meio das 03 (três) Supervisões de Controle Interno da CGE, acompanhando o desempenho dos Núcleos Setoriais de Controle Interno e de seus



componentes, mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, que se constituem em auditorias, inspeções, fiscalizações e avaliações de resultados, e ainda apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, comprovando a legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficiência e a eficácia, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais, existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Nesse contexto, a CGE buscou intensificar os trabalhos junto aos gestores, mediante postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do acompanhamento permanente da realização dos gastos. As verificações são discutidas e tratadas tempestivamente, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas, cujas recomendações visaram, em especial, a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos.

No campo da correição a CGE intensificou o combate à impunidade por meio da adoção das seguintes políticas:

- i. promoveu ações para a transparência e o controle, a exemplo do aperfeiçoamento do Portal da Transparência e da realização das Etapas Regionais da 1ª Conferência sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL - TOCANTINS;
- ii. ampliou a capacidade de realização de ações visando à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social, a exemplo das Tomadas de Contas instauradas;
- iii. melhorou o acompanhamento das ações nos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, intensificando as atividades das Supervisões de Controle Interno junto aos Núcleos Setoriais de Controle Interno.



6.2.2. Ação de Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais

Nome da Ação:	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS			
Código da Categoria de Programação:	04.124.0014.2040			
Produto	Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	Percentual de Execução
Avaliação realizada	Unidade	1	1	100%

METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS

GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alteração	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	1.500,00	(1.500,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.500,00	(1.500,00)	0,00	0,00	0,00	0,00

A Ação de Avaliação da Execução das Ações Integrantes dos Programas Governamentais consiste na realização de ações de controle objetivando verificar a implementação dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Estado, fornecendo subsídio aos gestores para a avaliação da execução dos principais programas por eles executados, permitindo, por consequência, aferir o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.

No desempenho das funções atinentes ao órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, esta CGE tem dado ênfase ao acompanhamento da execução dos Programas de Governo. As atividades desenvolvidas nessa esfera culminaram em ampla interação com os Núcleos Setoriais de Controle Interno, objetivando orientar, preventivamente, as atividades necessárias à identificação de fragilidades por intermédio da ação das Supervisões de Controle Interno, auxiliando-os na implementação tempestiva das medidas corretivas cabíveis.

Este órgão central do Sistema de Controle Interno buscou, sistematicamente, o aperfeiçoamento da capacidade de detecção dos pontos de maior relevância e fragilidade na execução de programas e ações de governo, guardando permanente sintonia com esses programas e ações com o intuito de subsidiar os gestores, tempestivamente, com informações estratégicas necessárias ao alcance dos objetivos das políticas públicas. Além disso, procurou-se aumentar a percepção dos gestores



quanto ao papel da CGE como órgão facilitador para a melhoria da sua gestão, assim como fortalecer a abordagem dos controles nos objetivos finalísticos.

Não obstante a redução total do orçamento inicial, o que limitou a realização das atividades definidas no plano de trabalho, a meta física foi plenamente alcançada por meio do acompanhamento permanente de todos os processos, programas e sistemas, não apenas por amostragem, mas com a participação dos Núcleos Setoriais de Controle Interno implantados em cada órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual. Aproximando a ação fiscalizadora à de execução, algumas ações foram selecionadas por esta Controladoria Geral, para acompanhamento minucioso por meio de inspeções *in loco* na unidade administrativa responsável pela execução da ação, estimulando, com isso, o controle das atividades desenvolvidas e a realização de planejamento indispensável ao cumprimento das metas fixadas.

6.2.2. Ação de Capacitação dos Servidores do Sistema de Controle Interno

Nome da Ação:		CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO					
Código da Categoria de Programação:		04.128.0014.2041					
Produto	Unidade de Medida	Meta Física Inicial	Meta Física Executada	Percentual de Execução			
Servidor Capacitado	Unidade	100	204	204%			
METAS ORÇAMETÁRIO-FINANCEIRAS							
GD	Fonte	Orç. Inicial	Créditos Adicionais Alteração	Autorizado	Empenhado	% Exec.	Saldo
3	0100	12.500,00	29.430,00	41.930,00	41.930,00	100	0,00
TOTAL		12.500,00	29.430,00	41.930,00	41.930,00	100	0,00

A autonomia e independência do controle interno são essenciais para a perfeita execução e orientação nas ações dos gestores públicos e o percurso menos longo e traumático permeia a estrada da capacitação continuada do elenco envolvido, por meio de treinamentos, atualizações e troca de experiências bem sucedidas.

A ação em comento visa imprimir aos servidores o conhecimento técnico essencial ao desempenho das funções inerentes ao controle interno, culminando em resultado positivo de 204% (duzentos e quatro por cento) de meta física executada.



Ressalta-se, todavia, que os indicadores alcançados demonstram o fruto de parcerias exitosas, envolvendo personagens desta Controladoria, representantes de outros órgãos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Estado para a realização do *Programa de Capacitação da Controladoria Geral do Estado*, ministrado no âmbito da Escola de Governo, onde foram capacitados 200 (duzentos) servidores deste Órgão Central e integrantes dos Núcleos Setoriais de Controle Interno dos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, dividido em cinco módulos, perfazendo 100 (cem) horas-aula em cada módulo, contemplando as áreas de Planejamento, Orçamento e Contabilidade Pública; Licitações e Contratos Administrativos; Processos de Despesas e Retenção Tributária; e, Sistema de Controle Interno e Tomada de Contas Especial.

No tocante ao aperfeiçoamento técnico continuado, 03 (três) servidores, no exercício da função de Supervisor de Controle Interno desta CGE, participaram de programa de capacitação continuada abrangendo diversas áreas da Administração Pública, de forma individual e personalizado, buscando suprir a necessidade do treinando na execução de rotinas afetas ao acompanhamento, verificação, análise e emissão de parecer desenvolvidas por este Órgão de Controle Interno.

Ressalta-se, ainda, a participação do Secretário-Chefe desta CGE no Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos, com a denominação de 4º CONINTER NACIONAL, sob o tema "Controle e a Sustentabilidade do Crescimento Econômico". Esse encontro revela-se como acontecimento que já marcou o calendário nacional e reúne um amplo público especializado e tem o objetivo de capacitar os servidores e gestores que atuam nas áreas de Controles Interno e Externo, Contábil, Planejamento, Licitações e Contratos com informações atualizadas, visando assegurar a atualização e aplicação dos procedimentos administrativos com maior agilidade, eficiência, eficácia e segurança na execução e desenvolvimento das atividades de controle apresentando roteiros e experiências de sucesso. Nesse sentido, o CONINTER visa agregar conhecimentos técnicos aos envolvidos, nas diversas áreas de atuação, ampliando a qualidade no acompanhamento das atividades executadas, propondo as recomendações de correções de eventuais falhas encontradas. Esse evento propiciou a troca de experiências entre os principais expoentes da área, trazendo



questões práticas e soluções para os pontos de maior interesse em torno dos temas propostos.

7. DISFUNÇÕES EXISTENTES

Não houve.

8. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Não há projetos em execução ou em andamento na Controladoria-Geral do Estado.

9. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de Gestão demonstram os índices de resultados alcançados no exercício financeiro com base nas seguintes fórmulas:

Indicador: Índice de Eficiência da Execução Orçamentária da Ação

Fórmula: $\frac{\text{Total do Orçamento Executado}}{\text{Total do Orçamento Autorizado}} \times 100$

Indicador: Índice de Eficiência da Meta Física

Fórmula: $\frac{\text{Meta Física Executada}}{\text{Meta Física Prevista}} \times 100$

10. DIFICULDADES ENCONTRADAS

Quanto à gestão interna, esta Controladoria vivenciou enormes dificuldades impostas pelas limitações orçamentárias, advindas da visão desprendida quando da elaboração de suas ações governamentais.

No contexto atual, em observância às orientações estratégicas da nova gestão governamental delineada a partir do exercício de 2011, fora desenhada e construída



nova estrutura organizacional da Controladoria Geral do Estado, aportada em diagnóstico realizado nos sistemas administrativos e operacionais da CGE, identificando as principais dificuldades encontradas pelo Órgão, estipulando, para tanto, um plano de metas prioritárias a ser implementado frente às necessidades detectadas, visando à sua modernização.

Em se tratando de infraestrutura física, a falta de espaço é dos entraves à execução das atividades deste Órgão Central de Controle Interno, que estão sendo desenvolvidas de forma incipiente no âmbito da estrutura organizacional. Destaca-se, por oportuno, que em caso de necessidade de aperfeiçoar as rotinas de trabalho, os servidores ou até mesmo os ordenadores de despesa ao se dirigirem a algum setor desta CGE, situações registradas cotidianamente, ficam em pé, por falta de espaço para acomodá-los dignamente, pois, atualmente, esta Controladoria ocupa apenas $\frac{1}{4}$ (um quarto) do prédio destinado a este Órgão e à Procuradoria-Geral do Estado.

Outro ponto relevante diz respeito ao parque tecnológico constituído por equipamentos obsoletos e ineficientes, delimitando as prioridades a serem implementadas na área de informática, culminando na seleção de ações que agregassem valor aos processos de trabalho da CGE, aprimorando as rotinas operacional e gerencial, com o intuito de tornar mais eficiente e célere suas atividades e de garantir a eficácia e efetividade dos seus resultados. Assim, as ações desenvolvidas ao longo de 2011 visaram atingir, em sua maioria, a disponibilização de novas soluções de tecnologia, buscando a satisfação dos usuários, garantindo a disponibilidade de soluções essenciais à execução das atividades do órgão, promovendo a segurança da informação, proporcionando melhoria dos processos de trabalho e promovendo a qualificação do corpo gerencial e técnico. Para tanto, o atendimento de diversas demandas de soluções de TI da Controladoria, foram priorizadas de acordo com sua capacidade produtiva, resultando, principalmente, em ganhos da força operativa, com a aquisição de 50 (cinquenta) novos equipamentos durante o exercício. Além disso, faz-se necessário, com urgência a aquisição de um novo servidor, *notebooks*, etc.

Frente à escassez de recursos humanos, decorrente da perda de servidores pela extinção de contratos de trabalho, exonerações e licenças, bem como de reposição insuficiente, que historicamente representa o principal entrave no desempenho das atividades em nível tático e estratégico do Órgão, priorizou a capacitação técnica dos



agentes de controle interno, em virtude de novas contratações no exercício, mediante contrato temporário de pessoal que requer ampliar a experiência na área específica de controle interno. Ressalta-se, ainda, que a mudança do quadro efetivo em 40%, devido à reestruturação administrativa, bem como em atendimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, pode ser apontada como a principal dificuldade para a realização integral das ações planejadas para 2011.

Como medida preventiva à reincidência do problema, faz-se necessária a organização da carreira específica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com a realização de concurso público para a admissão de analistas e técnicos de Controle Interno, visando assegurar a permanência de tais servidores, possibilitando o investimento em qualificação e aperfeiçoamento técnico de forma continuada.

O acervo bibliográfico, em virtude da constante atualização dos dispositivos e Diplomas Legais, caracteriza-se defasado e insuficiente à otimização dos trabalhos.

Outra demanda premente ampliar a frota de veículos, pois atualmente o órgão conta com um número insignificante para dar cabo às demanda das atividades internas e externas. É imperioso, ainda, automatizar as atividades de auditoria, por meio da aquisição de softwares de controle de convênios, implantação da Ouvidoria e realização de investimentos na operacionalização do Portal da Transparência Pública.

11. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.

Não houve situações de parcerias mediante transferências de recursos.

12. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Apesar das dificuldades elencadas no item 10, sobretudo no que pertine à escassez de recursos humanos, motivada, sobretudo pela exoneração de servidores em cumprimento à determinação proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.125/2008, além de limitações na recomposição do efetivo, impostas pelos limites de despesas com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº



101/2000 – LRF, corroborada com o sucateamento do parque tecnológico, foi possível a realização de relevantes atividades, em face do dinamismo dispensado à nova estrutura organizacional desta Controladoria, conforme elencadas na tabela abaixo:

SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS	QUANT
Acompanhamento da Execução dos planos de auditoria e inspeção dos órgãos	18
Acompanhamento de Convênios Concedidos	251
Acompanhamento de Convênios Recebidos	104
Acompanhamento do julgamento do TCE através do Boletim Eletrônico (Prestação de Contas Anual)	89
Acompanhamento dos trabalhos de Planejamento	16
Análise de Prestação de Contas Anual Exercício 2010 de diversos órgãos	70
Análise dos Relatórios preliminares dos órgãos	74
Análise e apreciação de Instruções Normativas (Atividades das Supervisões, Manual do Almoxarifado e Convênios)	04
Autuação e montagem de Processos	233
Avaliação de candidatos a ocupação de cargos nos NUSCIN'S	144
Contratos firmados	11
Criação de Fluxograma	10
Editais Analisados – publicações	634
Elaboração da Mensagem do Governador	01
Elaboração da minuta da proposta da CGE para o PPA quadriênio 2012/2015	01
Elaboração da minuta da proposta orçamentária para o exercício 2012	01
Elaboração de Certificados de Auditoria	32
Elaboração de Check-list	23
Elaboração de Parecer Jurídico	110
Elaboração de Pareceres Diversos, com destaque para 70 pareceres de auditoria prestação de contas 2010	371
Elaboração de Plano de Trabalho	02
Elaboração de Projeto de Auditoria	12
Elaboração de Projeto de Inspeção	13
Elaboração de projeto de supervisão	56



SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS	QUANT
Elaboração de Relatório de Gestão da Pasta	01
Elaboração de Relatório de Regularidade da Pasta	01
Elaboração de Relatório do Diagnóstico de outros órgãos	13
Elaboração de Relatórios de Auditoria em processos de Tomada de Contas Especial	37
Elaboração de Relatórios de fiscalização	23
Elaboração de Relatórios de Inspeção	31
Elaboração de Relatórios de Supervisão Técnica	01
Elaboração de Relatórios Gerenciais	20
Elaboração de respostas aos apontamentos do TCE nas Prestações de Contas Anual	01
Elaboração de Termos de Aprovação dos candidatos aprovados na avaliação de que trata o Decreto 4.359/2011	127
Elaboração do Informativo Boletim CGE	02
Elaboração do Relatório Preliminar do Diagnóstico geral da Gestão da CGE	01
Elaboração dos Relatórios de Supervisão Técnica	12
Emissão de Despachos Diversos	505
Envio de processos a diversos órgãos	999
Inspeções	13
Instruções Normativas Elaboradas	08
Memorandos Expedidos	436
Notas de Orientação Técnica elaboradas	34
Ofícios Expedidos	1659
Ordem de Serviços – OSCIN expedidas em 2011	57
Orientações dadas Pessoalmente na CGE (433), nos órgão/NUSCIN'S (28), via e-mail (108) e telefone (4.723)	5.292
Participação em reuniões técnicas	20
Participações nos encontros da CONSOCIAL	13
Portarias baixadas	260
Processos Analisados, sendo 65 análises de processos de despesas de outros órgãos (NUSCIN CGE)	961
Produção, redação e divulgação de releases	68



SÍNTESE DAS ATIVIDADES REALIZADAS	QUANT
Questionários de Verificação para Inspeção	138
Realização de Cotações de preços	33
Recebimento de correspondências	686
Recebimento de processos de diversos órgãos	885
Relatório sobre a Prestação de Contas do Governo	01
Relatórios de Acompanhamento dos contratos	62
Relatórios de Análise de Processos de despesas de outros Órgãos	26
Resposta a Consultas	27
Resposta a consultas através de e-mail, telefone e pessoalmente a CGE.	1.389
Revisão de <i>Check List</i> em processos	16
Solicitação de Ação Corretiva (processos de dispensa, inexigibilidade, licitação, suprimimento de fundos	277
Técnicos Capacitados	204
Termos de contratos aditivados	05
Visitas de Supervisão Técnica	87
Tomada de Contas Especial Instauradas	109

Dentre as atividades supraelencadas, destaca-se:

12.1. Convênios

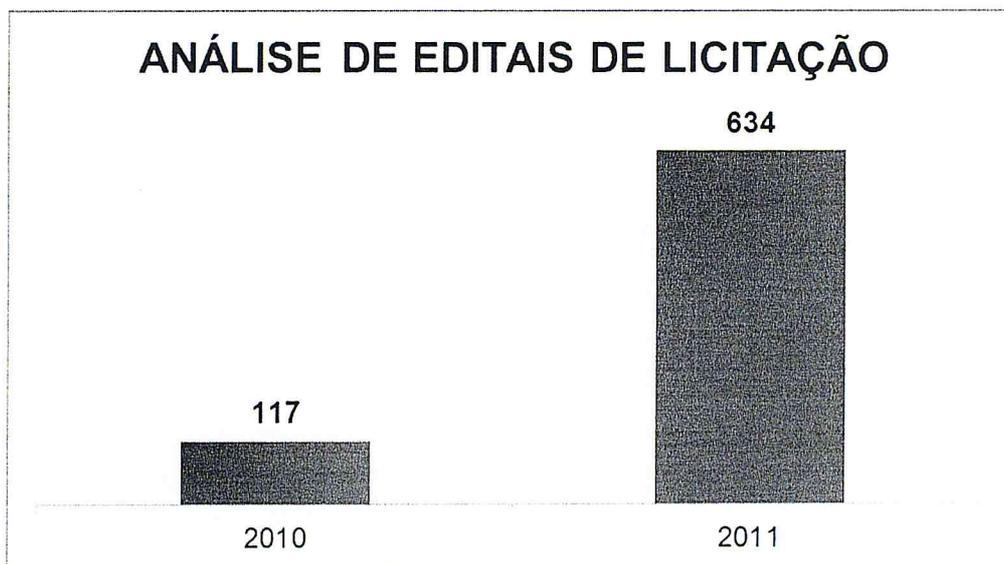
Procedeu-se o acompanhamento em **355** (trezentos e cinqüenta e cinco) convênios, sendo cento e quatro recebidos e duzentos e cinqüenta e um concedidos, quanto à execução, cumprimento de prazos, publicidade, prestação de contas e emissão de recomendações.

12.2. Avaliação de candidatos a ocupação dos cargos nos Nuscins's

Em atendimento ao disposto no art. 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.459, de 5 de julho de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 4.359, de 25 de julho de 2011, foram realizadas **144** (cento e quarenta e quatro) Avaliações de candidatos para ocupação de cargos nos Núcleos Setoriais de Controle Interno – Nuscins's, mediante realização de entrevistas, com a emissão dos respectivos Relatórios de Análise das avaliações de cada um dos entrevistados e expedição de **127** (cento e vinte e sete) Termos de aprovação.

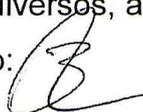
12.3. Editais de licitação:

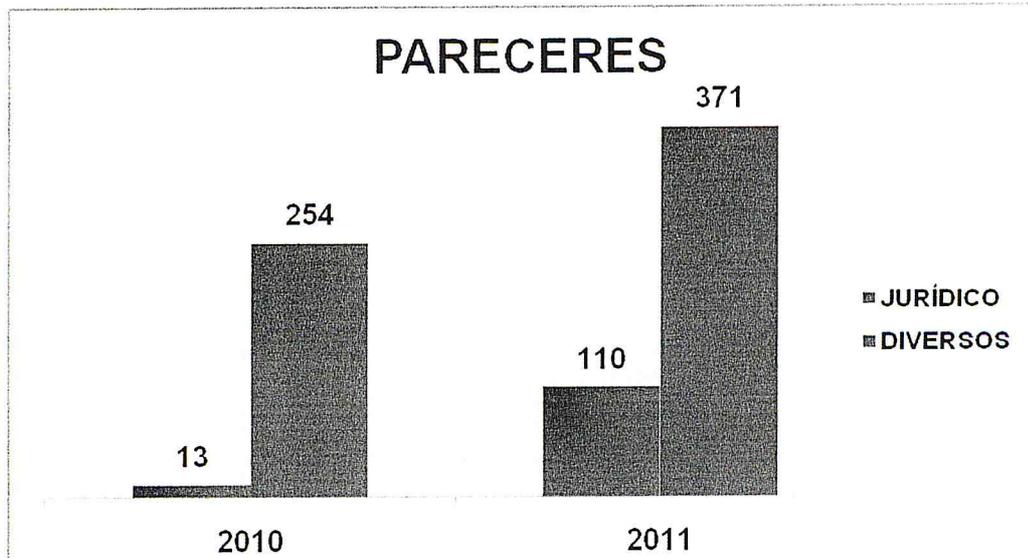
Realizou-se o acompanhamento e análise em **634** (seiscentos e trinta e quatro) editais de licitação, refletindo acréscimo de **442%** (quatrocentos e quarenta e dois por cento), em relação ao exercício de 2010.



12.4. Pareceres

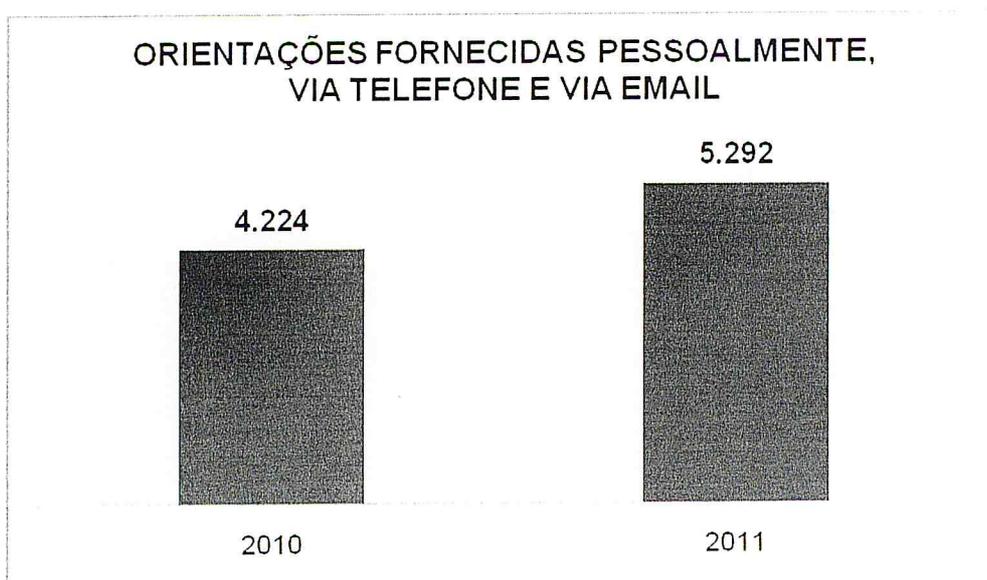
Foram emitidos **401** (quatrocentos e um) pareceres, sendo trinta jurídicos e trezentos e setenta e um diversos, para embasamento de decisões administrativas nas unidades orçamentárias. Destaca-se a emissão de setenta pareceres de auditoria referentes aos Processos de Prestação de Contas Anual de todos os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Aferindo comparativamente ao exercício anterior, verifica-se significativos acréscimos na produção de mencionadas peças, tanto jurídicos, elevados em **746%** (cento e trinta um por cento), quanto a pareceres diversos, ampliados em **46%** (quarenta e seis por cento), consoante a seguir demonstrado:





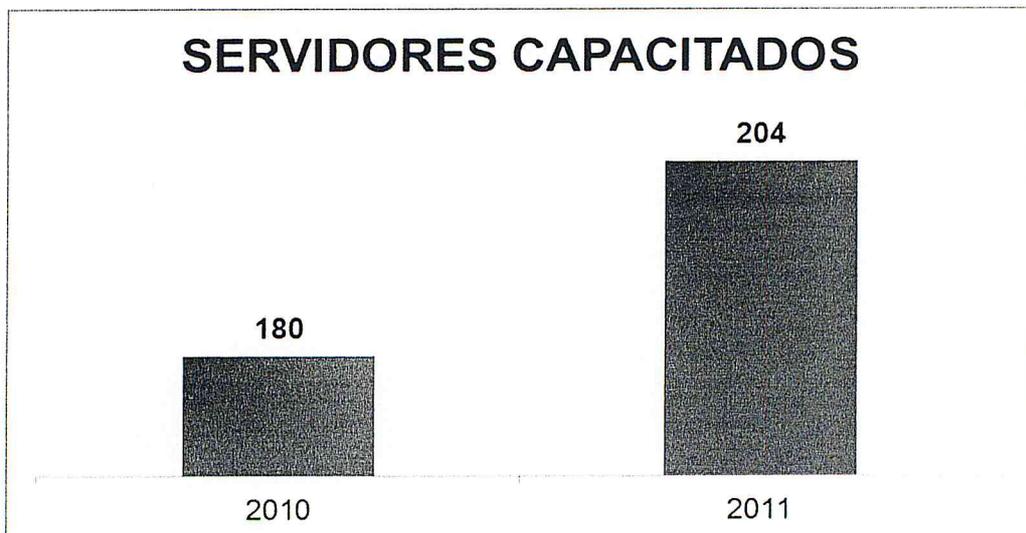
12.5. Orientações

Foram realizados **5.292** (cinco mil, duzentos e noventa e dois) atendimentos aos agentes de Controle Interno das unidades orçamentárias sendo: quatrocentos e trinta e três presenciais, na CGE, vinte e oito em visita aos órgãos/entidades, quatro mil, setecentos e vinte e três por telefone e cento e oito via e-mail, em acolhimento à demandas formuladas a respeito de interpretação de normas e de procedimentos administrativos. Essa atividade teve um aumento de **25%** (vinte e cinco por cento), em relação ao exercício anterior.



12.6. Capacitação

No que tange à Capacitação de Recursos Humanos, este Órgão logrou êxito na atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos de **204** (duzentos e quatro) servidores, técnicos lotados na Controladoria Geral e nos Núcleos Setoriais de Controle Interno, contemplando temas relacionados à Contabilidade Pública e Societária; Licitações e Contratos Administrativos; Processos de Despesas e Retenção Tributária na Administração Pública; Sistemas de Controle Interno e Tomada de Contas Especial; além de Planejamento, Orçamento Público e Gestão de Programas. Percebeu-se que das atividades desenvolvidas houve variação positiva em **13%** (treze por cento), quando comparado ao exercício precedente.



É imperioso ressaltar o interesse dos servidores de todo o Sistema de Controle Interno na busca incansável pela atualização de conhecimentos, rotinas e mecanismos de controle implementados, evidenciando-se pela participação freqüente em cursos, treinamentos e afins, oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado e por outros órgãos e entidades parceiros:

- 2º Fórum de Controle do Tribunal de Contas do Estado;
- Compras diretas sem licitar, Dispensas e Inexigibilidades e Concessão e comprovação de Suprimentos de Fundos;
- Concessões de Passagens e Diárias e Orientações para Elaboração de Relatório Técnico sobre Análise de Documentos e Processos Administrativos para fins de Diagnostico;
- Contratos Públicos;
- Doações, Concessões, Controle de Patrimônio e Almoxarifados Públicos;
- Fórum Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação;

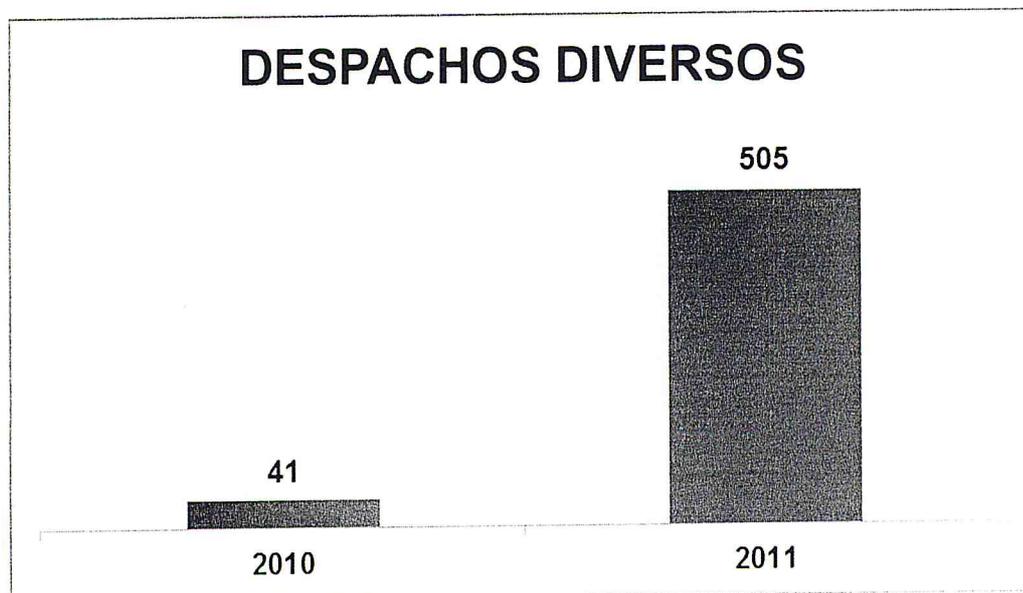




- Gestão e Execução do SIAFEM;
- Gestão e Fiscalização de Contratos;
- Gestão e Prestação de Contas de Convênios;
- I Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento;
- Monitoramento e Avaliação dos Programas – PPA 2012 – 2015;
- Palestra realizada pela Secretaria da Fazenda do Estado, abordando o tema “Nota Fiscal Eletrônica”;
- Prestação de Contas via SICAP – Demonstrativos Contábeis, Gastos com Pessoal, Saúde, Educação e FUNDEB;
- Principais Irregularidades em Licitações;
- Reunião Técnica 2011/SICAP-LO;
- Suprimentos de Fundos;
- Treinamento sobre Planejamento e Políticas Públicas – Planejamento Estratégico;
- Treinamento sobre Metodologia do PPA Federal e Estadual;
- Treinamento sobre Metodologia de Utilização do Sistema Informatizado –UNI – Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento; e
- Treinamento sobre Metodologia de Utilização do Sistema Informatizado FARES – Formulário de Acompanhamento de Resultados.

12.7. Despachos Diversos

Como reflexo das mudanças introduzidas no rito processual, em especial quanto à necessidade de registrar todos os atos inerentes à regular instrução desses processos, foram emitidos **505** (quinhentos e cinco) despachos abordando os mais diversos assuntos, que comparados ao exercício precedente, houve uma elevação de **1132%** (mil, cento e trinta e dois por cento), conforme se verifica no gráfico a seguir.

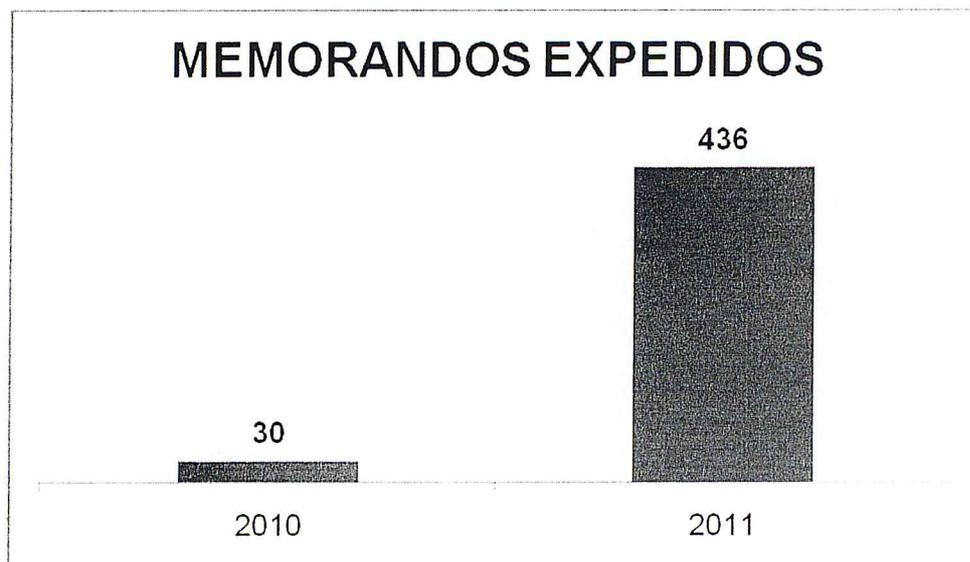


12.8. Movimentação de processos

No conjunto das atividades desenvolvidas no âmbito desta Controladoria, merece destacar a tramitação de processos de despesas de outros órgãos para fins de fiscalização e inspeção, bem como de processos de Tomada de Contas Especial, perfazendo, no exercício anterior, a movimentação de **1884** (mil, oitocentos e oitenta e quatro) procedimentos, sendo oitocentos e oitenta e cinco recebidos e novecentos e noventa e nove enviados a órgãos diversos.

12.9. Memorandos Expedidos

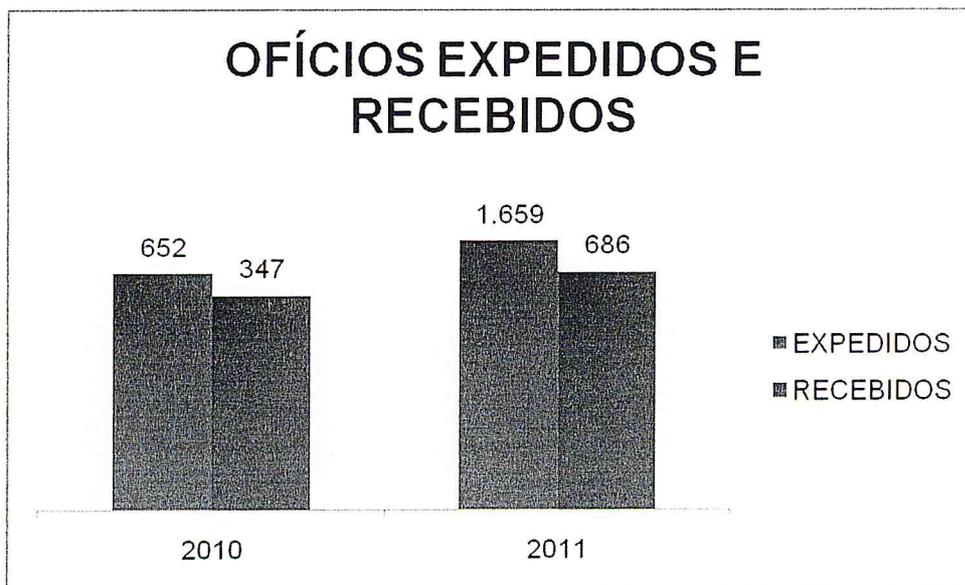
Por ser um órgão de controle, é prudente haver o registro das demandas e ações a serem implementadas, como mecanismo de comunicação formal entre os setores da Unidade. Assim, contabilizou-se a emissão de **436** (quatrocentos e trinta e seis) memorandos, caracterizando aumento de **1353%** (mil, quinhentos e cinquenta e três por cento) em relação ao exercício anterior.



12.10. Ofícios Expedidos

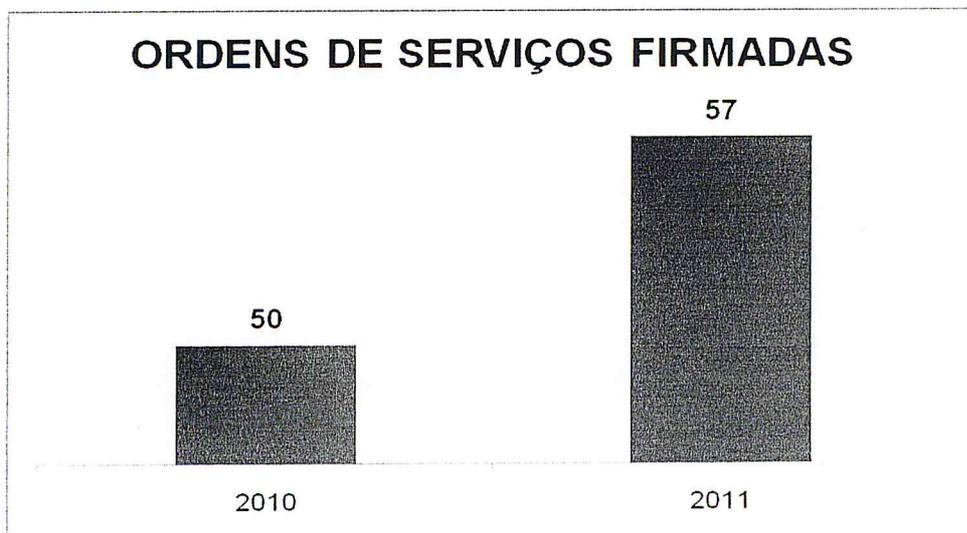
Refletindo o estreito relacionamento perpetrado pela gestão desta Controladoria com órgãos e entidades assistidos, foram expedidos **1.659** (mil, seiscentos e cinquenta e nove) e recebidos **686** (seiscentos e oitenta e seis) ofícios, favorecendo a comunicação formal com o ambiente externo, além de promover orientação à clientela assistida, registrando acréscimo de **154%** (cento e cinquenta e quatro por cento) no que alude a

ofícios expedidos e **98%** (noventa e oito por cento) recebidos, em comparação ao ano anterior.



12.11. Ordens de Serviços firmadas

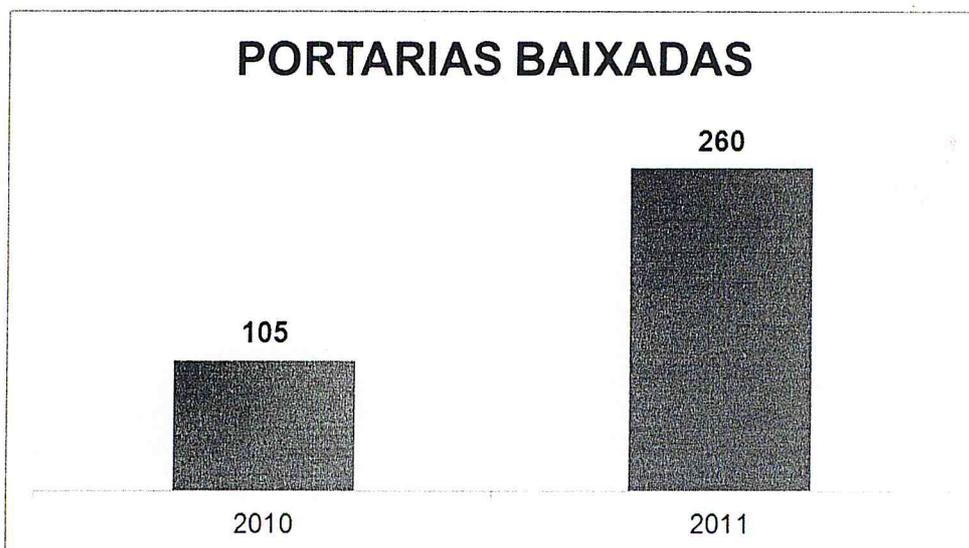
A realização dos trabalhos próprios do Sistema de Controle Interno envolvendo o acompanhamento, a fiscalização, a inspeção e demais técnicas de controle teve como parâmetro as atividades laborais previstas em **57** (cinquenta e sete) Ordens de Serviços dirigidas aos Núcleos Setoriais de Controle Interno dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, superando em **14%** (catorze por cento) os indicadores do ano anterior.





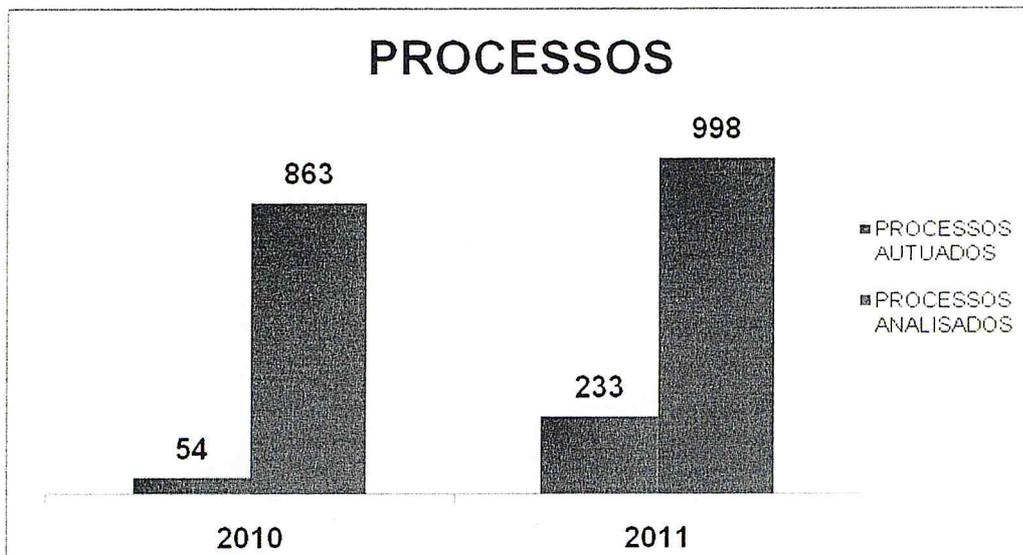
12.12. Portarias baixadas

O contexto das diversas ações desenvolvidas por esta Controladoria advieram de demandas suscitadas pelo próprio corpo técnico do Sistema de Controle Interno, bem como por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Nesse diapasão, destaca-se as determinações emanadas pela Egrégia Corte de Contas, culminando na expedição de **260** (duzentas e sessenta) Portarias, sendo de maior incidência as destinadas à constituição de Comissões para realização de Tomadas de Contas Especial. Em comparação ao exercício antecedente, registrando elevação de **148%** (cento e quarenta e oito por cento).



12.13. Processos autuados e analisados

No tocante a abertura de novos procedimentos, constatou-se autuação de **233** (duzentos e trinta e três) novos processos, elevando a quantidade em **331%** (trezentos e trinta e um por cento), considerando como referência os cinquenta e quatro instaurados no exercício anterior. Quanto à análise processual, registra-se a realização, em tempo hábil, de **998** (novecentos e noventa e oito), contemplando, inclusive, processos de despesas desta Pasta, caracterizando aumento de **16%** (dezesseis por cento) na demanda, posto que, no exercício precedente, foram computadas oitocentos e sessenta e três avaliações.



12.14. Projetos de Supervisão

Foram elaborados pelas Supervisões de Controle Interno desta Pasta **56** (cinquenta e seis) Projetos de Supervisão com a finalidade de avaliar o desempenho da gestão das unidades orçamentárias nos órgãos e entidades do Sistema de Controle Estadual e de seus componentes.

12.15. Resposta a consultas

Refletindo as orientações emanadas da atual gestão deste Órgão de Controle, foram recebidas e processadas, resultando na emissão de **1.389** (mil, trezentos e oitenta e nove) respostas a consultas formuladas por meio de ofício, e-mail, telefone e pessoalmente na CGE, abordando vários assuntos como recursos provenientes de adiantamento, fracionamento de despesas, irregularidades na aplicação de recursos de convênios e remanejamento de dotação orçamentária, entre outros.

12.16. Solicitação de Ação Corretiva:

Em decorrência da análise processual de despesas foram emitidas **277** (duzentas e setenta e sete) Solicitações de Ação Corretiva relacionadas a diversas impropriedades constatadas em procedimentos de licitações, dispensas, inexigibilidades, não aplicabilidade e suprimimento de fundos.



12.17. Tomada de Contas Especial

Por iniciativa desta CGE, dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e por determinação do Tribunal de Contas do Estado foram instauradas **109** (cento e nove) Tomadas de Contas Especial, sendo sessenta instauradas por esta CGE, das quais, **28** (vinte e oito) foram concluídas. As Tomadas de Contas Especiais finalizadas foram analisadas e elaborados os respectivos Relatórios de Auditoria pelo Núcleo Setorial de Controle Interno e Assessoria Jurídica, bem como emitido os correspondentes Certificados de Auditoria.

Da realização desse trabalho, pontuada com a participação de integrantes desta Controladoria e de diversos Núcleos Setoriais de Controle, é relevante relatar que as foram, assim, consideradas: **01** (uma) **REGULAR**; **07** (sete) **REGULARES COM RESSALVAS** e **20** (vinte) **IRREGULARES**, quantificando-se como **dano** ao erário público estadual o valor total de R\$ **33.377.768,87** (trinta e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos), além da identificação e qualificação de **49** (quarenta e nove) gestores/servidores como os responsáveis. Registrando acréscimo de **474%** (quatrocentos e setenta e quatro por cento) na comparação com o executado no exercício precedente.



12.18. Cisão Parcial da SANEATINS

Ainda em referência às ações desenvolvidas, é prudente destacar a participação da Controladoria na análise e manifestação do processo de cisão da SANEATINS.



resultando na emissão de várias orientações técnicas, em virtude de constar no Protocolo de Intenções no que se refere ao Balanço Social da autarquia incorporadora, a existência de R\$ 20.649.845 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) como imobilizado e R\$ 99.611.296 (noventa e nove milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e noventa e seis reais), consignado a título de crédito do Governo do Estado do Tocantins, sem, no entanto, demonstrar a quem caberia a responsabilidade e muito da reavaliação *in loco* para definição do real valor de mercado dos bens cindidos. Esses acontecimentos apontaram para que o processo fosse reavaliado, implicando na possibilidade de uma economia para o Estado em torno de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões reais), bem como despertou para o cumprimento do princípio da legalidade, com a avaliação *in loco* do acervo patrimonial a ser incorporado na Agência Tocantinense de Saneamento.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da Controladoria Geral junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, seja na promoção de eventos de capacitação na área de controle, no atendimento às consultas formuladas pelos agentes de controle interno, na análise e avaliação dos processos de prestação de contas anual ou nas visitas de supervisão técnicas aos Núcleos Setoriais de Controle Interno, representa o aprimoramento dos serviços executados pela Administração Pública Estadual à medida que orienta os executores na prevenção e correção de eventuais falhas, na busca do cumprimento das metas governamentais e na avaliação dos resultados alcançados.

O Sistema Estadual de Controle Interno proporcionou melhoria na qualidade das atividades e dos serviços executados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, na medida em que foram institucionalizadas as condições físicas e técnicas favoráveis à realização de análises e estudos voltados para o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais e gerenciais, aumentando, sobremaneira, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos públicos, no exercício em análise, em prol da sociedade.

Destaque especial deve ser dado ao principal instrumento de promoção do acesso à informação e à transparência pública, trata-se do Portal da Transparência, instituído em [assinatura]



2010 e reestruturado em 24 de agosto de 2011, culminando em aumento de **84%** (oitenta e quatro por cento) de acesso em proporcionalmente ao período anterior ao relançamento. O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do governo federal, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão. A publicidade desses dados possibilita à sociedade exercer o controle e fiscalização da gestão pública dos recursos. É oportuno destacar que as melhorias implementadas no Portal da Transparência em 2011 permite a publicação de informações em tempo real sobre a execução financeira (receitas e despesas) do Governo Estadual.

GABINETE DO SECRETÁRIO-CHEFE em Palmas, aos 27 dias do mês de janeiro de 2012.


ÉLDON MANOEL BARBOSA CARVALHO
Secretário-Chefe